

# A DESPEDIDA DA PRESIDÊNCIA E DO TRF – 1ª REGIÃO

**O EXMO. SR. JUIZ ANSELMO SANTIAGO (PRESIDENTE):** "Esta é a minha última Sessão como Membro desta Corte. No curto período de quase quatro anos, mantivemos um estreito relacionamento, o que muito me orgulha. Tive a honra de em aqui chegando ser eleito Vice-Presidente desta Casa e, em consequência, exercer a função de Corregedor da Justiça Federal, onde procurei dotar a unidade dos meios necessários para o seu regular funcionamento. Elevado, mais tarde, à condição de Presidente da Corte, dei continuidade aos trabalhos de implantação introduzidos pelo meu ilustre antecessor, dando início a um vasto programa de modernização administrativa, conforme relatório dos exercícios de 1991 e 1992, entregues a Vossas Excelências.

É conveniente que se faça aqui, de maneira sucinta, algumas referências sobre as atividades desenvolvidas no biênio 91/92.

Após dotar a Casa de instalações adequadas ao seu funcionamento, implementamos audaciosos programas de reformas, adaptações e construções de edifícios nas sedes das Seções Judiciárias e do Tribunal, algumas delas, em fase de conclusão. Rigoroso levantamento patrimonial se processou na primeira instância, visando a conhecer a realidade patrimonial das respectivas Seções, ao mesmo tempo em que se adequava o patrimônio à realidade monetária da atualidade, uma vez que, apesar dos seis zeros excluídos nos últimos anos, o balanço patrimonial de algumas Seções se mantinha inalterado. Processamos, também, auditoria financeira e contábil do TRF e Seções Judiciárias, cujo processo se revestiu, ainda, de treinamento dos servidores da área de controle interno. A capacidade de armazenamento de dados de todas as Seções Judiciárias foi ampliada, adquirindo-se, paralelamente a essa ampliação, diversos equipamentos de informática. Processou-se intensivo programa de capacitação de recursos humanos, tanto na sede do TRF, quanto nas Seções Judiciárias, aliado a uma grande revisão do quadro de pessoal das Seções Judiciárias, com a criação de cargos de natureza permanente, comissionados e de funções de confiança. Promoveu-se a reestruturação administrativa da 1ª instância e do TRF, bem assim a implantação de organização sistêmica para todas as atividades da Secretaria do Tribunal, pela qual o TRF ficou como cabeça do sistema e as Seções Judiciárias como órgãos seccionais. Destaque especial merece a organização e a padronização das diversas integrantes das Seções Judiciárias, definindo-se atribuições, funções e lotação de pessoal, culminando com a realização de concurso público, através de convênio com a Fundação Carlos

Chagas, a fim de preencher as vagas criadas no projeto de revisão do quadro de pessoal.

Na área processual, procedeu-se à revisão de normatividades internas, eliminando-se alguns passos desnecessários ao andamento do processo, tornando-o mais ágil e dinâmico. A centralização de algumas atividades essenciais à administração dos feitos processuais com vista à uniformidade de procedimentos também foi uma característica marcante.

Programas de mutirão em algumas Seções Judiciárias com vistas à regularização dos processos paralisados, principalmente, no que se refere à elaboração dos cálculos indenizatórios e das custas foram realizados nesses dois anos.

Na área de modernização, merece destaque a implantação de um sistema de padronização de serviços, impressos, formulários e materiais, através de normatização das diversas áreas de atuação do Tribunal, com realce para a regulamentação dos serviços, no âmbito do Tribunal e das Seções Judiciárias.

A implementação dos serviços gráficos de divulgação da jurisprudência do Tribunal, quer pela Revista quer pelo Boletim de Jurisprudência, e a divulgação de trabalhos jurídicos elaborados por magistrados, através de Cartilha Jurídica, também foram de significativa relevância.

Apesar dessa gama de atividades não nos descuidamos da área social, com aprimoramento dos programas de assistência social, médica-hospitalar e odontológica, destacando-se os planos de ações preventivas, tratamento fora de domicílio e revisão da rede de credenciamento, através do qual busca-se o aprimoramento da qualidade dos serviços. O Pró-Social recebeu da administração todo o apoio de que necessitava para se tornar um programa irreversível para a Justiça Federal. Reivindicado por muitas instituições, projetou-se como um embrião da previdência social do Poder Judiciário.

Destacamos, ainda, no plano social, o convênio firmado, no último dia 10, entre o TRF-1ª Região e o Governo do Distrito Federal, representado pela SHIS, o que permitirá a cessão de lotes, para a construção de moradia própria, a servidores deste Tribunal, através da Cooperativa Habitacional dos Servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Este apoio emprestado à referida Cooperativa, desde a sua criação, revela a preocupação constante desta Presidência com o bem-estar de todos os seus servidores e de seus familiares.

Como se observa, desenvolvemos um árduo trabalho de mudanças, através de várias frentes.

Encontram-se em adiantada fase de acabamento as obras de construção das sedes da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Vara Única de Uberlândia, em Minas Gerais, obras programadas para serem concluídas no mês de julho do corrente exercício. As dificuldades de ordem orçamentária e financeira experimentadas pelo Tribunal, a partir do 2º semestre de 1992, ocasionaram a redução do ritmo dessas obras. Para o orçamento de 1993, procuramos reforçar os recursos orçamentários dessas duas obras, a fim de que não sofram solução

de continuidade e não venham a se transformar em problemas para a instituição. Foram realizados, ainda, processos licitatórios, com a assinatura dos respectivos contratos, de fornecimento de equipamentos de informática para toda a 1ª Região. Esses equipamentos vão permitir maior dinamização dos trabalhos, melhoria da qualidade, redução do tempo de operação e dos custos operacionais. Paralelamente, foram concluídos estudos e autorizada a implementação, ainda em fase de observação, de um computador de grande capacidade para armazenamento de dados, em substituição aos super-micros em uso neste Tribunal e Seções Judiciárias, que já se mostram superados, com a capacidade de armazenamento de dados já esgotada e sem condições de ampliação.

Esses equipamentos, que estarão instalados ainda neste trimestre, terão a capacidade de armazenar dados para um período superior a 15 anos.

Foram adquiridos, também, móveis para a Seção Judiciária do Distrito Federal, a fim de atender às nove (09) Varas instaladas. Parte desses móveis já foi entregue, tendo sido efetuado contrato de fornecimento com os licitantes vencedores e cuja despesa correrá a conta de recursos orçamentários de 1993.

No plano institucional, submetemos à aprovação plenária proposta de criação de 35 Varas, distribuídas nos Estados de Minas Gerais, 16; Bahia, 12; Goiás, 06; e Amazonas, 01. Nessa mesma proposta foi incluída a criação de cargos de Juiz Federal, de Juiz Federal Substituto e quadro de pessoal contendo cargos em comissão de cargos de natureza permanente, em quantidade compatível com a orientação normativa da Resolução nº 18, de 19/11/91, desta Corte de Justiça. Essa proposta foi aprovada pelo Plenário, encontrando-se no Conselho da Justiça Federal, para estudo e aprovação, necessitando, contudo, de acompanhamento por parte da administração do TRF.

Por contar com mais de 15 emendas e sentindo a necessidade de dar maior ênfase a alguns mandamentos nele contidos, determinamos a realização de estudos com vistas à revisão global do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Concluídos os trabalhos encaminhei a proposta de alteração à Comissão de Regimento Interno da Casa, a título de sugestão, em cujo documento foram incluídos alguns procedimentos não contemplados no Regimento em vigor, entre os quais, o *habeas-data*, carta precatória recebida de outros Tribunais, apelação em *habeas-data*, agravo previsto em leis especiais, recurso ordinário em mandado de segurança, bem assim, alterada a competência do Conselho de Administração para tomá-lo um órgão de deliberação coletiva, destinado à formulação e estabelecimento de políticas administrativas do Tribunal e Seções Judiciárias da 1ª Região. Neste sentido, o Conselho de Administração passa a analisar, discutir e votar os assuntos relativos a sua competência de acordo com a pauta previamente estabelecida e não somente através de processos isolados.

Tudo o que foi feito tem um único objetivo: aprimorar a prestação jurisdicional a cargo da 1ª Região. Temos certeza de que os avanços foram grandes. No entanto, é necessário que haja o acompanhamento rigoroso das diversas etapas desses trabalhos e esse acompanhamento não pode ser só da Presidência ou da Secretaria. Há necessidade de que o Corregedor e demais

através de processamento de dados e que os levantamentos obtidos sirvam de informações gerenciais para melhor avaliação dos resultados.

A capacitação de recursos humanos tem de ser mais intensificada e descentralizada, sempre na busca de profissionalização.

Promovemos uma grande melhora na mentalidade de nossa força de trabalho, mas ainda não atingimos a profissionalização, requisito fundamental para a solução dos grandes problemas administrativos, uma vez que com recursos humanos capacitados teremos condições de ir à busca dos outros dois fatores indispensáveis ao bom funcionamento de uma organização, quais sejam recursos financeiros e recursos materiais.

Elegemos o exercício de 1993 como o ano de consolidação de todos os trabalhos postos em prática no Tribunal, o que se verificará através da expansão dos métodos de modernização, aprimoramento da qualidade, redução dos custos e aumento da produtividade.

Quero, por fim, agradecer a todos quantos cooperaram comigo durante minha permanência nesta Corte: aos eminentes Juizes, a compreensão e a colaboração; aos servidores todos, pela dedicação e o denodado esforço com que se houveram na realização das tarefas que lhes foram confiadas, contribuindo, assim, para o êxito dos trabalhos do Tribunal. A cada um o meu muito obrigado, na certeza de que continuaremos irmanados na luta por uma justiça cada vez mais dinâmica e eficaz."



Solenidade ao passar a Presidência do TFR – 1ª Região. Da esquerda para direita: D. Matildes, esposa do Juiz Hermenito Dourado, novo Presidente; o Juiz Anselmo Santiago e a esposa D. Ivete.